

A CONJUNTURA BRASILEIRA E O MAL PAULISTA

João Carlos Brum Torres¹

Em uma conversa recente, o deputado Ibsen Pinheiro, com a sagacidade de costume, reagindo à minha perplexidade diante dessa desconcertante situação de “partido único virtual” que estamos a testemunhar, observou-me algo impaciente: “Professor, para haver oposição é preciso haver ao que se opor!”

Vindo de quem veio, a frase não queria apenas dizer que a ação do governo Lula é uma continuação evidente – por certo, com as inevitáveis nuances, adaptações e algum *aggiornamento* – das políticas do governo FHC, ambas marcadas pela prioridade concedida à abertura dos mercados, à austeridade fiscal, às reformas liberalizantes e ao esforço de implementar políticas sociais semi-integradoras e semicompensatórias. Ademais, o que sugeria Ibsen é que a frágil oposição que hoje temos não acha ao que se contrapor simplesmente porque a preservação do núcleo duro da política nacional é suficiente para fazer com que os interesses sociais essenciais do país tenham-se como servidos. O que é dizer que nem a Febraban, nem a Rede Globo, nem a Fiesp vêm motivos para dissentirem do atual governo.

A pertinência dessa análise é incontestável, mas o sentimento de perplexidade persiste, porque é difícil entender como chegamos a esse ponto. É que parece demasiado abstrata a constatação de que estamos simplesmente diante de mais um caso da proverbial capacidade de cooptação das elites brasileiras tradicionais. Ou, por outra: continuam a ser tão enigmáticos quanto antes da explicação estrutural os fatores que fizeram com que o PT – com o programa de reformismo radical que por muitos anos foi o seu, com a longa jornada de lutas sociais que marcou sua história – se deixasse tão facilmente enredar nesse jogo de cartas marcadas. Tampouco é fácil compreender o que está ocorrendo com os demais partidos – PSDB e PFL, notadamente –, que, de maneira igualmente obscura, têm-se mostrado inteiramente incapazes de preservar sua histórica prerrogativa de representação dos interesses econômicos fundamentais do País.

Se, suspendendo por um momento o esforço para elucidar a cena nacional em termos estruturais, atentarmos para a disputa política concreta, creio que será heurísticamente útil apelar para a velha distinção gramsciana entre “guerra de movimento e guerra de posição”. De fato, o quadro que temos hoje não faz mais do que refletir a espetacular vitória que teve Lula na guerra de movimento, não apenas ao manobrar com grande competência tática em meio à grave crise política provocada pelas denúncias do “mensalão”, mas, principalmente, ao manter o timão firme e preservar a coordenada estratégica de seu governo: a de assegurar a viabilidade econômica do Brasil, tal como compreendida pelas elites nacionais nos últimos anos.

Deslastrar o governo dos desastrados operadores da fase da instalação da hegemonia petista, apelar para as reservas de competência de quadros históricos do PT, de outra extração política e de fora da base paulista, conduzir o processo eleitoral sem tomar conhecimento da crise ética – que, por falta de quem tivesse credibilidade para explorá-la, não deslegitimou popularmente o Governo – estas foram, em grandes linhas, as manobras que lhe permitiram o sucesso eleitoral e, ganha a eleição, um imprevisto e impressionante raio de manobra. No entanto, reconhecido esse quadro, resta saber qual foi o preço pago pelo êxito e quais foram os condicionantes, por um lado, da reviravolta do PT e, por outro, da paralisia política dos grandes partidos opositoristas.

Quanto ao primeiro ponto, o que cabe dizer é que “o preço da vitória na guerra de movimento foi a derrota na guerra de posição”, porque na saída da crise já não resta qualquer dúvida de que, nesta

¹ Professor titular aposentado de Filosofia na UFRGS; ex-Secretário de Planejamento do Rio Grande do Sul nas gestões A. Britto e G. Rigotto; ex-secretário de Captação de Recursos de Porto Alegre, na administração Tarso Genro. Autor de *Valor e forma do valor* (São Paulo, Símbolo, 1979), *Figuras do Estado moderno* (São Paulo, Brasiliense, 1989) e *Transcendentalismo e dialética* (P. Alegre, L&PM, 2004).

conjuntura, não exatamente o PT, mas antes o governo petista, é, absolutamente, o principal partido do *establishment* brasileiro.

O complicado, porém, é entender como foi possível essa evolução surpreendente. Poder-se-ia argumentar que o problema vem é da impertinência da questão, pois se poderia sustentar que entregar à esquerda a execução de reformas que a direita não tem força política para implementar é, como a história mostra repetidamente, “a” maneira de realizar o conjunturalmente difícil, mas estruturalmente necessário. O mesmo ponto poderia ser expresso se disséssemos que “está tudo dominado”, que globalização econômica, pensamento neoliberal e políticas de austeridade formam uma teia inconsútil, irrompível e incontornável, em cujo visgo os atores políticos se encontram irremediavelmente presos. No entanto, sabemos que as coisas não são bem assim e que, para não ir longe, a Argentina dos Kirchner impõe distorções nesse modelo, a Venezuela o contesta diretamente e que, num outro contexto, a China, em vez de deixar-se cobrir pela teia da economia e da política globais, passa a tecê-la. O fundamental, portanto, é entender como uma política pode tornar-se única, questão com relação à qual não se avança um milímetro se não se considerar, além das posições e decisões dos atores, o modo com que, sob condicionantes histórico-culturais de fundo, são articulados concretamente interesses econômicos e sociais complexos. Aqui, para falar mais concretamente e voltar ao tema principal deste texto, o que importa entender é que nem era inevitável, por exemplo, que a dupla Palocci-Meirelles fosse escolhida para conduzir a política-econômica do país, tampouco que ela funcionasse, como uma inesperada Medusa do século XXI, paralisando inteiramente a nova oposição.

Ora, para avançar nessa direção é imprescindível prestar atenção às condições ideológicas em que os atores políticos reagem aos condicionantes estruturais de suas condutas. E, neste sentido, vem bem ao caso evocar uma página de Pierre Nora em que se explica que, para entender a França, é imprescindível considerar-lhe tanto a dimensão material, quanto a imaterial e a ideal, lição que trazemos à baila simplesmente para fazer ver que se entenderá pouco do que acontece na política brasileira atual enquanto não for agregada à ponderação dos condicionantes estruturais a análise de certos aspectos específicos da cultura política e da história das idéias no Brasil contemporâneo.

E, neste plano, eu ousaria provocativamente dizer que, para começar a entender o que agora está em jogo entre nós, é preciso aperceber-se que a explicação para boa parte da incompetência dos grandes partidos da oposição – ou, pelo menos, do PSDB –, assim como também para a própria auto-traição do PT, encontra-se em um problema eminentemente paulista: numa certa incompreensão radical do que é a política por parte, paradoxalmente, dos melhores quadros da política brasileira atual.

A sugestão é dupla: a de que pragmatismo e economicismo são os traços ideológico-culturais que decisivamente marcam a atual hegemonia paulista sobre a política nacional e de que eles formam uma mistura política implosiva. Por certo, o economicismo pode ter historicamente origens variadas, mas a hipótese levantada aqui é de que, no caso brasileiro, sua associação ao pragmatismo político é o resultado da cristalização de um bloco histórico formado, a partir de 1932, pelo amálgama do ressentimento da elite política tradicional de São Paulo contra a subalternização que lhe foi imposta durante boa parte do século XX pelo reformismo trabalhista, com a repulsa das elites paulistas em geral às manifestações populistas locais, combinadamente à intensa crítica conceitual a que foi submetido o populismo por todos os matizes da inteligência uspiana nos anos 60 e 70.

O que estou sugerindo é, pois, que a recusa do populismo tornou-se uma coordenada básica do pensamento político mais ilustrado do país – um princípio de estruturação simbólica do espaço político nacional – e que essa coordenada cultural transformou-se num obstáculo ignorado e profundo ao exercício da imaginação política no Brasil.

Ora, se isso for verdade, é então em singularíssimos fenômenos imateriais e ideais – fenômenos da cultura política e da história das idéias – que se deve buscar uma parte essencial da explicação, tanto da facilidade com que foi aceito entre nós o programa neoliberal como da correlata incapacidade de nossos principais atores políticos em conceberem um verdadeiro projeto de desenvolvimento para o Brasil contemporâneo. E não seria outra a razão que, de maneira

igualmente surpreendente, blinda o país contra a forte onda neopopulista que se espalha pela América Latina.

Considerado este fenômeno do ponto de vista das oposições, o que se vê é que suas lideranças, não conseguindo divisar uma linha de “política econômica” alternativa, tampouco conseguem conceber uma “política alternativa”, de tal sorte que nem as tensões federativas, nem a crise da segurança pública, nem as carências enormes de infra-estrutura, nem a baixa taxa de investimentos, nem a desorganização da vida urbana, nem os desastres ecológicos iminentes, nem problemas agudos como o do transporte aéreo, nem as baixas taxas de crescimento, nem os escândalos e a conseqüente desmoralização das instituições parecem ser suficientes para sustentar uma política oposicionista digna desse nome.

Olhada a questão do ponto de vista do PT, tem-se a cegueira simétrica, porque tudo se passa como se o anacronismo das opções revolucionárias, combinado à imperiosa necessidade de preservar o poder político recém-conquistado, não deixasse outra opção que a de entregar-se à gestão do *status quo*, o resíduo da política de esquerda assumindo a forma, certamente irônica, de programas de “integração” social.

Não, não estou propondo que a carta a jogar na atual conjuntura seja o neopopulismo em que apostam os vizinhos latino-americanos, mas estou, sim, sublinhando que a obstinação pragmático-economicista tornou a política brasileira rasa e rombuda.

No entanto, face ao rol de carências e problemas mencionados acima, é mais do que claro que o Brasil não pode estar satisfeito consigo mesmo e que armar uma estratégia de desenvolvimento de médio prazo é uma tarefa impostergável. Praticamente, contudo – embora não se possa excluir a priori nem que as oposições, nem que o próprio governo possam encontrar esse novo rumo –, o mínimo a se ponderar é que os antecedentes não são animadores. Em qualquer caso, é certo que a saída dos impasses atuais exige romper a barreira simbólica que nos sufoca a imaginação política e amesquinha o futuro que somos capazes de conceber e almejar para o Brasil.

Este texto foi escrito no início de 2007. Desde então, ainda que de maneira sutil, a condução política do governo e certas mudanças no perfil estrutural do País – como se pode ver não apenas na retomada do desenvolvimento econômico, mas nas mudanças do padrão de distribuição de renda e, em outro plano, em iniciativas como o PAC, o estímulo à indústria naval, o incremento do programa Bolsa-Família, as mudanças na política universitária, a percepção de que o que pareciam fraquezas da condução da política externa revelavam um modo complexo de preservar as posições de liderança do Brasil na cena internacional, especialmente latino-americana – vêm tornando mais claro que o período Lula desenhará, ainda que difusamente, uma idéia de país que, embora preservando os resultados da política de estabilização monetária, marca uma inflexão à esquerda com relação ao período de hegemonia tucana.

Já a substituição da estratégia de obtenção de apoio congressional e político em geral baseada no somatório dos apoios alcançados mediante a cooptação fisiológica de lideranças por um mecanismo de alianças interpartidárias é, por outro lado, paradoxalmente, um elemento que reforça a interpretação de que o governo se encontra cada vez mais integrado ao *status quo*, às regras de funcionamento mais estáveis da política nacional.

Seja como for, olhados do ponto de vista da esquerda clássica, esses elementos todos podem ser considerados, como dito no texto, insuficientes para reverter a derrota na *guerra de posição*. No entanto, como atestado pela evolução das posições dos partidos social-democratas na Europa Ocidental, pela quase desaparecimento de partidos marxistas ortodoxos, ou, ainda, à luz do que está acontecendo hoje na China, isto parece significar apenas que neste contexto e neste momento histórico *derrota* e *vitória* são conceitos analiticamente impertinentes, uma vez que a marcha da sociedade contemporânea parece mostrar que as expectativas do revolucionarismo clássico hoje nada mais são do que a expressão residual de um voluntarismo irrealista, as perspectivas de construção de modelos societários alternativos ao capitalismo só podendo ser cogitadas como uma

evolução interna deste último em prazos e forma hoje, na verdade, insondáveis. O que significa também dizer que não se pode falar de *derrota* frente ao que não é prática e historicamente possível. Neste sentido, a avaliação feita no texto sobre a dinâmica de transformação interna do PT a partir das categorias gramscianas deve ser vista por um lado, certo, como um recurso heurístico.

Por outro, porém, precisa ser entendida como um expediente retórico, destinado a criticar o PT e o governo a partir das referências conceituais dos segmentos mais ilustrados de sua base tradicional de apoio e, em um terceiro nível, de implicitamente pretender fazer com que, no final das contas, as críticas de esquerda vejam-se compelidas a enxergar que lhes falta perspectiva, ângulo de visão, e que seu discurso é, necessariamente, oco do ponto de vista histórico.